

## UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA MOBILIDADE ACADÊMICA.

Marla Barbosa Costa<sup>1</sup>  
Lívia Santos Simões<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho se destina a relacionar o estudo das Relações Internacionais à Mobilidade Acadêmica através de um estudo histórico dos principais acontecimentos na área educacional dentro de Instituições do Ensino Superior. Tem-se como objetivo geral o de entender o processo de internacionalização das instituições de ensino superior à luz da teoria liberal das relações internacionais. Para isso, se vale dos objetivos secundários de conceituar e contextualizar a cooperação internacional e mobilidade acadêmica dentro do âmbito das Relações Internacionais; e identificar os principais programas de mobilidade acadêmica para Universidades. Para isso fez-se uma pesquisa teórica realizada através de revisão bibliográfica na área de Relações Internacionais e História das Universidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Internacionais, Cooperação Internacional, Mobilidade Acadêmica, Internacionalização do Ensino Superior.

### ABSTRACT

This paper intends to relate the study of International Relations to Academic Mobility through an historical study of the major events in education within Higher Education Institutions. It has as main objective to understand the whole process of internationalization of Higher Education Institutions in the light of the liberal theory of international relations. For that, it uses as secondary objectives to conceptualize and contextualize international cooperation and academic mobility within the scope of international relations, and to identify the main academic mobility programs for universities. For that, it was made a theoretical research conducted based in a bibliographic revision in the International Relations Department and History of Universities fields.

**KEY-WORDS:** International Relations, International Cooperation, Academic Mobility, Internationalization of Higher Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade como se conhece, o homem e seus agrupamentos sentem a necessidade de se relacionar, seja entre si, ou com outros grupos, positivamente ou negativamente. Foi através de uma visita diplomática para estreitar os laços comerciais entre Grécia e Tróia que o príncipe Páris se apaixonou por Helena, esposa do rei Menelau e a raptou dando início à Guerra de Tróia. Os jogos olímpicos criados na Grécia Antiga, hoje congregam pessoas de todo o mundo ao redor do esporte. O Tratado de Tordesilhas firmado em 1494 entre Portugal e Espanha,

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. [marlabarbosa@gmail.com](mailto:marlabarbosa@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. [livia@ifba.edu.br](mailto:livia@ifba.edu.br)

definiu a linha de divisão entre a América portuguesa e a América espanhola. Em 1914, alianças militares foram firmadas entre Reino Unido, França e Rússia e Alemanha, Áustria e Itália, gerando a Tríplice Entente e Tríplice Aliança respectivamente, dando início à I Guerra Mundial. Foi também um tratado entre nações, o de Versalhes, que finalizou o conflito em 1919. A criação da União Europeia em 1957 ou do Mercosul em 1991. E até mesmo os mais recentes eventos como a espionagem americana a outros países através da internet. Todos esses momentos, e tantos outros, são marcados por uma forte interação entre atores internacionais.

Castells (1999) em sua obra *Sociedade em Rede* concerne um conceito de sociedade atual como uma sociedade globalizada, tendo como seu eixo o uso e aplicação de informação e conhecimento, com um constante fornecimento de material tecnológico – que se altera a todo instante - oriundo de uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação e em meio a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores. Apesar de autor estar configurando uma sociedade baseada em inovações tecnológicas, especialmente no que se refere à informação, a ideia central é a visualização de uma sociedade que teve suas relações sociais, políticas e econômicas transformadas. Nesse ponto, o processo de globalização se caracteriza como irreversível, e todos os níveis da sociedade são direta e indiretamente afetados com eventos pelo mundo.

Diante do acelerado processo de globalização que pode ser percebido todos os dias, a vivência internacional se torna algo imprescindível. Hoje é necessário ser “cidadão do mundo” uma vez que a vida de qualquer pessoa pode estar atrelada a um pequeno acontecimento em um país do outro lado do planeta. Thomas Friedman, em 2005, apontou, em sua obra *O Mundo é Plano – Uma História Breve do Século XXI*, um processo de globalização mais nivelado em relação às empresas, que estão a cada dia mais competitivas no mercado global, onde não existem (ou são irrelevantes) barreiras geográficas ou históricas. O foco do autor são as forças tecnológicas, que revolucionaram o mundo desde a queda do muro de Berlim ao surgimento dos primeiros dispositivos pessoais móveis, e é impossível não atrelar tecnologia a esse processo de mundialização. Entretanto, um ponto principal, fora do alcance desse livro é o fato de que empresas dentro desse processo irão requerer profissionais que se encaixem em sua estrutura, e que possuam o *International Understanding*.

Com o lançamento do programa Ciência Sem Fronteiras do Governo Federal em 2011, a possibilidade de fazer parte dos seus estudos no exterior, mobilizou muitos

estudantes a buscarem esse objetivo. Entretanto, faz-se necessário entender como e por que políticas como estas são tão importantes não só para os estudantes, mas também para o país. Ao se estudar o tema da mobilidade acadêmica, dentro da ideia específica das Relações Internacionais e não só levando em consideração efeitos da globalização e do capitalismo desenfreado, pode-se entender de forma mais clara o que realmente está em jogo ao se realizar um processo de internacionalização de uma instituição.

O presente trabalho se desenvolve como uma fonte de informações sobre o processo pelo qual Universidades no mundo inteiro se preocupam com o processo de internacionalização. O objetivo geral desta pesquisa é entender esse processo de internacionalização das instituições de ensino superior à luz da teoria liberalista das relações internacionais. Já como objetivo específico tem-se a) conceituar e contextualizar a cooperação internacional e mobilidade acadêmica dentro do âmbito das Relações Internacionais; e b) identificar os principais programas de mobilidade acadêmica para Universidades.

Como metodologia, por se tratar de um trabalho puramente teórico, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica na área. Para isso, adotou-se um referencial teórico através de obras de especialistas no que se refere às áreas de Relações Internacionais, como PECEQUILO (2012) em sua obra *Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões*, onde a autora se dedica a explicar os principais elementos do tema; e NOGUEIRA e MESSARI (2005), através de sua obra *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*, diagnosticando as principais teorias das Relações Internacionais e como elas influenciam as interações internacionais. No que se refere à internacionalização de universidades, onde se insere o intercâmbio acadêmico, a principal autora escolhida foi STALLIVIERI (2004) e sua obra *Estratégias de internacionalização das Universidades Brasileiras*.

## **2. UMA BREVE INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

As interações internacionais que aconteceram ao longo da história fazem parte do objeto de estudo das ciências humanas e, por isso, sempre puderam ser estudadas pelas mais diversas áreas como História, Ciência Política, Direito e Economia, tendo o âmbito internacional como uma pequena parte dos seus estudos. Contudo, com o crescente contato entre nações, a esfera internacional passou a ser um centro de reflexões, ao invés de ser apenas uma das variáveis em outros estudos. Diante disso, o

estudo sobre as Relações Internacionais têm se intensificado, bem como o seu campo de atuação tem se ampliado. Pecequillo (2012) afirma que o objeto de estudo das Relações Internacionais são os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional. Trazendo para os estudos de Marketing de Kotler e Keller (2006), as RI dentro da análise SWOT (do inglês *strengths, weaknesses, opportunities e threats*) envolveriam o monitoramento do ambiente externo, avaliando especialmente as forças macroambientais, como economia, demografia, tecnologia, política, sociedade e cultura.

O real desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais aconteceu em um período pós I Grande Guerra. De acordo com Nogueira e Messari (2005), o primeiro departamento de Relações Internacionais surgiu na Escócia, na Universidade de Aberystwyth em 1917, ainda durante o conflito. Fazia-se necessário que acadêmicos pudessem se reunir para estudar a guerra e seus possíveis desdobramentos (cultura, sociedade e política), tendo como objetivo que outras tragédias semelhantes fossem evitadas. Alguns anos depois, houve a criação da Associação de Estudos Internacionais (International Studies Association – ISA) em 1959, nos Estados Unidos. A ISA foi criada para promover a pesquisa e educação em assuntos internacionais e foi a primeira organização fundada para conectar pesquisadores dessa área. A ISA aparece como uma organização de fundo educacional aberta a todas as perspectivas, proporcionando assim uma intensificação dos estudos na área de Relações Internacionais possibilitando a geração de diversas teorias para explicar as interações entre os Estados.

Depois de contextualizadas as Relações Internacionais, faz-se necessário a utilização de uma base de pensamento estruturada para o entendimento completo da dinâmica das interações internacionais. Para isso, será necessário debater os conceitos dentro do campo das ideias da teoria liberal das RI. Em que pese o arcabouço teórico em torno das RI seja muito amplo, para o presente trabalho optou-se por desenvolver a ideia do liberalismo, uma vez que essa abordagem é baseada pelo princípio da cooperação.

### **3. O LIBERALISMO COMO TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

As teorias das RI tentam descrever e, ao mesmo tempo, explicar a ação humana dentro do sistema internacional de forma conceitual, e, exatamente por isso, possuem diversas vertentes. A fim de obter um entendimento maior do funcionamento do objeto

de estudo, se determina que as RI se orientem através de dois eixos básicos já mencionados: o da cooperação e o do conflito. Em termos teóricos, esses eixos são estudados em correntes diferenciadas como, por exemplo, o realismo e o liberalismo.

Dentro das teorias das RI, o liberalismo é uma das grandes correntes dominantes, sendo a base fundamental da disciplina. Possui suas origens filosóficas no campo da política, através de obras de pensadores como John Locke, Montesquieu e em especial Immanuel Kant (PECEQUILO, 2012). Os realistas – os quais defendem a ideia de que os homens são maus por natureza, buscam sempre a realização de seus interesses individuais, gerando Estados soberanos, únicos atores no sistema, que interagem sem uma lei superior – têm como objetivo principal na fundamentação de sua teoria, desacreditar o liberalismo, e diminuir a idealização do processo de Relações Internacionais. Isso por que, de uma forma geral, os liberais têm como pressupostos básicos a natureza humana essencialmente positiva e o Estado como um mal necessário. E, apesar da anarquia nas origens das interações internacionais, o liberalismo prevê a cooperação organizada por meio de leis, através de uma democracia. Dessa forma, pode-se perceber que enquanto no cenário realista, a guerra é uma possibilidade latente, em um cenário liberalista, a ideia de cooperação se instala.

O primeiro ponto a se destacar da teoria liberal dentro das Relações Internacionais é a ideia de que o livre comércio contribui para a promoção da paz entre as nações. No campo da economia, os liberais defendem a ideia do livre-comércio e se baseiam na teoria da mão invisível de Adam Smith, onde a competição oferece melhores condições de vida para a sociedade. Isso por que o comércio internacional é uma das formas de crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação e, dessa forma, é também responsável pela prosperidade dela. Para alguns pensadores citados por Nogueira e Messari (2005), a expansão do comércio faria com que a troca passasse a representar o principal padrão de relacionamento entre países, substituindo progressivamente a guerra. E enquanto o comércio desenvolve o país, a guerra favoreceria grupos ou pessoas que utilizam o Estado em benefício próprio, contrariando os interesses gerais da sociedade.

Os conflitos armados prejudicavam muito a atividade econômica doméstica, mas, principalmente, faziam com que o comércio internacional cessasse. (...) o comércio é necessário e vantajoso para o bem estar das nações, uma vez que explora a complementaridade das economias mais bem dotadas de recursos naturais e mão-de-obra em setores diferentes (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Para esses mesmos autores, o comércio entre as nações criaria laços entre as partes, diminuindo o risco de políticas tomadas contra parceiros, fazendo com que esse comércio servisse como uma ponte de comunicação entre diferentes culturas, o que, no futuro, garantiria uma cooperação entre Estados para o crescimento mútuo e expansão de mercados mundiais.

Outro ponto a ser salientado sobre o liberalismo diz respeito ao direito internacional e às instituições. Apesar da preocupação dos liberais com a criação de entidades internacionais desde o século XVIII, foi na primeira metade do século XX que uma maior atenção foi dada às Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIGs). Foi a partir desse momento, que essas instituições começaram a ser pensadas com uma função de sustentação de uma ordem mundial estável, atuando de forma racional na organização das relações internacionais baseada em leis através do Direito Internacional.

A confiança no papel da opinião pública internacional estava presente nos princípios que inspiraram a criação da Liga das Nações, um exemplo claro da concepção liberal acerca do papel das instituições internacionais na redução dos conflitos e na mudança da natureza política mundial. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

O liberalismo passa a integrar as Relações Internacionais desde o início da disciplina, após o fim da I Guerra Mundial. O “idealismo wilsoniano” é considerado a primeira formulação teórica das RI no século XX e se propunha a organizar o cenário internacional através de leis e mecanismos cooperativos multilaterais para controlar as relações entre os Estados (PECEQUILO, 2012). Essa forma mais ingênua do liberalismo surgiu com os Quatorze pontos de Wilson em 1918, quando o então presidente dos Estados Unidos propôs 14 elementos para a promoção da paz e reconstrução da Europa após a I Guerra Mundial. Essa foi a primeira tentativa de se criar uma igualdade nas relações entre nações europeias e, em que pese o objetivo de Wilson fosse garantir a paz, vários desses pontos foram ignorados pelo resto das nações. O último desses pontos, e o levado mais a sério, foi a criação da Liga das Nações, que foi estabelecida apenas em 1919, como um dos resultados do Tratado de Versalhes. Pode-se afirmar que a Liga das Nações foi a primeira organização internacional com o propósito de alcance da paz por meio de mecanismos jurídicos institucionalizados, e ainda que ela tenha fracassado em seus objetivos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005) serviu como ponta pé inicial para a unificação da Europa e posteriores políticas

relacionadas ao intercâmbio de pessoas e informações entre nações, especialmente no que se refere à educação e pesquisa científica.

De todos os traços do liberalismo, talvez o mais importante seja a questão do funcionalismo. Tidos como idealistas pelos realistas, os liberais viram, com a II Guerra Mundial, as suas ideias serem desacreditadas em um único evento. Em que pese isso tenha ocorrido, os liberais mantiveram a fé em suas teses centrais e tentaram, por meio de observações empíricas, privilegiar a ideia de cooperação dentro do sistema internacional. Assim sendo, “o funcionalismo representa a tentativa liberal de fundamentar seus modelos teóricos em um método baseado na observação científica da realidade” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), e, assim como os realistas, tirar da realidade elementos que comprovem sua teoria, reforçando a possibilidade de cooperação e nunca do conflito.

Para isso, em um primeiro momento, os funcionalistas se apegaram à ideia da “paz por partes”, onde a paz almejada seria conquistada através de pequenos passos. Eles então desenvolveram a ideia de *spill-over effect*. Nogueira e Messari (2005) explicam o *spill-over effect* dizendo que:

esse efeito se verifica quando o sucesso de uma determinada forma de realização eficiente de uma tarefa ou função se transfere para uma outra área, incentivando a cooperação intergovernamental em setores antes submetidos à esfera do Estado nacional. Em outras palavras, o aprendizado com experiências bem-sucedidas faria com que as soluções organizacionais *transbordassem* para diferentes setores da vida social.

Esse processo, como explicam os autores, não seria gerido por uma lógica política, mas por uma lógica funcional. Ou seja, as experiências de sucesso seriam compartilhadas em outras situações, através de uma rede de indivíduos participantes de OIGs e Forças Transnacionais (FTs), que estivessem envolvidas em criação e implementação de políticas setoriais. A gradual obtenção de vantagens obtida de área em área através da cooperação internacional pode fazer com que os Estados tenham uma escolha mais racional e prefiram a paz à guerra.

Entretanto, é possível perceber que esse modelo não poderia corresponder à realidade uma vez que excluía do processo de tomada de decisão, um ator importante que é o próprio Estado, desvinculando o desenvolvimento técnico de interesses políticos. Dessa forma, desenvolveu-se uma nova abordagem chamada de Neofuncionalismo, menos fragmentada, disposta em uma maior dimensão política e onde há a negociação entre OIGs, FTs e Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Vale ressaltar aqui também, que tanto Pecequilo (2012) quanto Nogueira e Messari (2005) fazem referência ao fenômeno da interdependência dentro da Teoria Liberal das RI. A crescente influência de atores não-estatais nas mais diferentes áreas (percebidas pelo funcionalismo através da fragmentação da “paz por partes”) atrelado à intensificação de intercâmbios econômicos, políticos e culturais despertou o interesses dos estudiosos de RI, no processo de interdependência que

(...) refere-se a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países e resulta das transações internacionais de fluxos de capital, bens, pessoas e comunicações através das fronteiras, que tornam esses atores mais dependentes entre si. Além disso, ela corresponde a situações de dependência mútua, originadas de transações internacionais além das fronteiras, englobando fenômenos físicos, humanos tecnológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais, que fazem com que os agentes, países ou atores de diferentes países, passem a ser afetados e determinados significativamente por forças externas. (PECEQUILO, 2012)

Explicado o que são RI e alguns dos seus pontos principais no qual se fundamentam o presente trabalho, faz-se necessário contextualizá-los com as instituições e estudantes do ensino superior. É nesse contexto das Relações Internacionais, entre conceitos de paz e guerra, entre as ideias de cooperação e funcionalismo que a história das instituições e a forma de ensino se inserem. Baseado nisso, desenvolve-se um estudo sobre o histórico das relações entre países no âmbito da educação, partindo do local onde a civilização ocidental tem origem: A Europa.

#### **4. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

No que se refere à história da educação, Schulz (2011) afirma que no início das sociedades, a educação era práxis, ou seja, aprendia-se com a prática e o aprendizado de alguém era voltado única e exclusivamente para a resolução de problemas corriqueiros. Foi na Grécia que surgiu a Filosofia, ciência que se preocupava em responder questionamentos que surgiam através da observação dos fenômenos mundanos. Foi dessa forma que começou a se criar o conhecimento e a sua disseminação realizada através do ensino, e dessa forma os primeiros filósofos puderam mudar a direção da educação. Pitágoras e Platão foram dois dos principais expoentes da educação e da filosofia ao fundarem instituições de sistematização da educação, tendo Pitágoras se



dedicado ao ensino da matemática e Platão tendo fundado a Academia, de onde surgiram alguns dos princípios da Universidade como se conhece hoje.

A instituição que convencionalmente é conhecida como Universidade surgiu no período da Idade Média, na Europa. A Universidade de Bolonha, na Itália, é considerada a primeira universidade da história, tendo sido fundada em 1088, para o estudo do Direito. Nesse momento, o ensino, antes praticado quase que exclusivamente pela Igreja, através dos seminários, tornou-se livre nas *Universitas*, que eram instituições onde os *magistri* e estudantes de todas as partes da Europa participavam em condições de igualdade e possuíam os mesmos privilégios e direitos (STALLIVIERI, 2004). As universidades possuem a missão de disseminar o conhecimento científico, e em se considerando o caráter universal da ciência, pode-se deduzir que o processo de internacionalização do ensino superior seria inevitável. No âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), a mobilidade de estudantes, professores e servidores estreita os laços entre nações, aproximando, em especial, as comunidades científicas.

A civilização de cada povo é nacional, mas a ciência não conhece barreiras nem fronteiras nacionais, ela é internacional. (...) A cooperação genuína só pode ser obtida por: (1) uma organização para o processo conjunto de pesquisas, já que muitos problemas científicos de grande importância só podem ser resolvidos com a colaboração de estudiosos de diferentes nações, como a experiência já provou e vai provar ainda mais, e (2) o intercâmbio de acadêmicos (HAMACK, 1929 *apud* DOYLE, 1929)

Stallivieri (2004, p.27) afirma que “a cooperação entre instituições de diferentes países passa a ser um objetivo comum das sociedades científicas mundiais, pois, através da internacionalização, asseguram-se a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido”. Assim sendo, dentro do âmbito das RI e da cooperação internacional, cabe às IES a função primordial de promover a paz, através da ciência e cooperação acadêmica e técnica.

Como já foi dito no presente trabalho, o fim da I Guerra Mundial possibilitou a criação da Liga das Nações, uma instituição de cunho internacional para promoção da paz e da cooperação. Ainda que, de uma forma geral, essa instituição estivesse preocupada com o intercâmbio de informações político e comercial, a Liga das Nações possuía também uma importante função ligada às relações intelectuais entre os Estados através da Organização de Cooperação Intelectual (OCI). Isso possibilitou a criação, em 1922, em Genebra, do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (International Committee on Intellectual Cooperation – ICIC), órgão o qual contava com a composição

de ilustres pensadores e cientistas como Henri Bergson (Nobel de Literatura em 1927), Bela Bartók, Thomas Mann (Nobel de literatura de 1929), Paul Valery, Albert Einstein (Prêmio Nobel de Física em 1921), Marie Curie (primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel e a primeira pessoa a recebê-lo duas vezes, sendo um de Física em 1903 e o outro de Química em 1911), entre outros. De acordo com informações do Escritório das Nações Unidas em Genebra (United Nations Office at Geneva – UNOG), no campo da promoção do trabalho intelectual esse comitê, que funcionou até 1946, formado por tantos grandes nomes, foi responsável pela aproximação das relações internacionais entre cientistas, pesquisadores, professores, artistas e profissões intelectuais, e foi a primeira organização a se preocupar com a cooperação acadêmica e intercâmbio de informações e pessoas com o intuito de promover a ciência.

Em 1926, o ICIC ganhou oficialmente um braço executivo de suas funções, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (International Institute of Intellectual Cooperation – IIIC). O qual era administrado pelos 12 integrantes do ICIC e presidido sempre por um francês integrante do Comitê, sendo o primeiro deles o filósofo Henri Bergson. O ICIC e o IIIC juntos se tornaram o núcleo da OCI, a partir de 1931, e funcionaram até o ano de 1946, quando suas atribuições foram transferidas para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (RESENDE, 2013, p.2).

Ainda que a criação do ICIC e do IIIC não tratasse da questão das Universidades e do intercâmbio de pessoas do ponto de vista intelectual, ele possuía em si uma pequena semente do que viria a ser o diálogo entre IES. Resende (2013, p.4) afirma que a criação da Liga das Nações, como um todo, é uma visão realista das relações entre países da época, entretanto, recentes estudos citados pelo autor, retomam o assunto do surgimento da organização lhe proporcionando uma narrativa focada em iniciativas de regulamentação internacional, tendo a Liga das Nações como precursora de uma “governança global”.

A UNESCO, como substituta dos ICIC e IIIC, manteve a sua atuação e atenção para o desenvolvimento da pesquisa e dos estudos no âmbito global. Dessa forma, em 1998, a UNESCO publicou um documento de orientação para a sua Conferência Mundial sobre Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior, afirmando no Artigo XXVIII que:

de acordo com a missão constitucional da UNESCO, a expansão da cooperação internacional continuará a ser seu objetivo principal e seu meio de ação no campo do

ensino superior. A agenda da UNESCO é promover cooperação mundial ao procurar meios mais efetivos para contribuir para o reforço do ensino superior e da capacidade de pesquisa nos países em desenvolvimento.

Sobre isso, Stallivieri (2004) comenta que “o papel das universidades passa a ser fundamental, pois a elas cabe a tarefa de serem protagonistas da cooperação internacional e promotoras do processo de integração”. A mesma autora ainda comenta que a integração é uma forma de diminuir barreiras entre nações e povos, de forma a aprimorar o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural, sobretudo com a capacitação de setores específicos. Dessa forma, a mobilidade de pessoas dentro das Universidades se configura como um vetor de troca de conhecimentos e de enriquecimento dos indivíduos necessária a excelência científica, e alavanca a competitividade internacional das IES (ENDRIZZI, 2010). Ou seja, essa ação proporciona a possibilidade de aumento de conhecimento técnico e científico para as instituições que se encontrarem no processo, em um aprendizado mútuo.

## **5. O PROCESSO DE BOLONHA E O ESPAÇO EUROPEU DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

De acordo com Wielewicki (2010), as bases para o Processo de Bolonha se inserem no período pós II Guerra Mundial. A Europa, que se encontrava devastada pelo conflito, instituiu em 1949 o Conselho da Europa, o que viria se tornar mais tarde, 1993, a União Europeia. A ideia principal era a de “construir um modelo federativo que permitisse a integração das economias exauridas do pós-guerra” (WIELEWICKI, 2010), onde uma unidade política e econômica fosse promovida, melhorando as condições de vida dos cidadãos europeus, e, dessa forma, gerando um ambiente de paz.

Por conta do desenvolvimento tecnológico e educacional dos Estados Unidos já mencionado, as universidades europeias, outrora grandes marcos e referência no quesito ensino superior perderam espaço para o ensino americano durante as décadas que se sucederam após a II Grande Guerra. No intuito de manter uma coerência com a criação da União Europeia, uma política de unificação dos Estados europeus em torno da Educação Superior foi tomada. Em 1998, os ministros da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram um documento, conhecido como Declaração de Sorbonne, onde conclamaram os demais Estados a criar uma área europeia de ensino superior (WIELEWICKI, 2010). Dessa forma, a partir de 1999, se deu início ao Processo de

Bolonha, que foi um conjunto de conferências, onde os Ministros da Educação dos países europeus envolvidos se reuniam em conferência com representantes de IES, emitindo um total de sete documentos.

A Declaração de Bolonha, o primeiro desses documentos, foi assinada em 1999 por representantes de 29 países, e tinha como objetivo a real construção desse espaço e o desenvolvimento científico da Europa. Assim possibilitou a criação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), onde, de acordo com Laus (2012), “a mobilidade de estudantes e jovens pesquisadores, tanto continentais como estrangeiros será facilitada, evitando (...) fuga de cérebros, principalmente para os Estados Unidos e tornando as universidades europeias mais atrativas e competitivas”. Dentre os seus objetivos, estavam (a) a adoção de um sistema de graus acadêmicos de fácil equivalência; (b) criação de um sistema de créditos (ECTS) incentivando a mobilidade de estudantes; e (c) incentivo à livre circulação de estudantes, professores, pesquisadores e pessoal administrativo de IES. Os seguintes documentos assinados (Comunicado de Praga – 2001; Comunicado de Berlim – 2003; Comunicado de Bergen – 2005 Comunicado de Londres – 2007; Comunicado de Leuven/Louvain-La-Neuve – 2009; Declaração de Budapeste-Viena – 2010; e Comunicado de Bucharest – 2012.) reiteravam o compromisso dos ministros com a Declaração de Bolonha e adicionavam outros pontos de compromisso como a promoção de atratividade do espaço europeu, empregabilidade, a aproximação do Ensino Superior e Pesquisa, e a adição de um 3º ciclo de estudos (doutorado). Em 2010, a Declaração de Budapeste-viena aumentou para o número de 47 o grupo de países envolvidos com o processo.

## **6. EUROPA: A PRIMEIRA GERAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTERCÂMBIOS E O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Independente da formação de uma instituição ou não, é possível perceber que a prática da mobilidade internacional de pessoas em busca do conhecimento é um processo antigo, especialmente no que se tange à Europa. Além de abrigar diversas transformações no ensino e da criação do modelo de universidade tal qual se conhece hoje, a Europa possui uma rica história de Relações Internacionais, sendo palco de grandes guerras e tendo aprendido o real sentido da cooperação.

Ainda que nascidas com o propósito de disseminar conhecimento, durante muito tempo, as universidades europeias passaram anos se concentrando dentro dos limites de suas fronteiras, deixando com que a cooperação ocorresse apenas através de uma demanda espontânea, baseando-se em acordos culturais bilaterais (STALLIVIERI, 2004). Entretanto, antes mesmo do início do Processo de Bolonha, a partir da década de 80, a União Européia passou a se preocupar com o tema mobilidade, e passou a criar programas de intercâmbio, promovendo-a em grande escala. Quatro dos principais programas direcionados à mobilidade dentro da educação superior foram o COMETT, ERASMUS, LINGUA e TEMPUS.

**Comett:** O *Community Action Programme in Education and Training for Technology* – COMETT – foi o primeiro programa de mobilidade em educação estabelecido pela União Europeia em 1986. Seu objetivo principal era promover a relação entre universidade e empresas através de um treinamento e trabalho transnacional ligado à utilização de novas tecnologias (FIELD, 1998). Em 1994, o programa foi descontinuado.

**Erasmus:** Logo após a criação do COMETT, o *European Action Scheme for the Mobility of University Students*, o ERASMUS, foi criado. Trata-se de um dos programas de mobilidade mais conhecidos da atualidade, surgido em 1987. O seu nome, além de um acrônimo, é também uma homenagem ao filósofo holandês Erasmo de Roterdã. A criação do ERASMUS marcou uma nova fase no desenvolvimento de programas de mobilidade (FIELD, 1998), uma vez que possibilitou uma mudança real no ensino superior europeu. O programa Erasmus promove a cooperação transnacional entre universidades na Europa, e atualmente, deixou de ser somente um programa educacional e adquiriu um status de fenômeno cultural e social (BRITISH COUNCIL).

**Lingua:** O LINGUA é um programa da comunidade europeia, que tem o intuito de promover a diversidade linguística dentro do âmbito de outros programas de intercâmbio como o Erasmus. Trata-se de um programa com tema transversal aos demais que se utiliza de ações para aprendizado de línguas, tanto para a educação, quanto para o âmbito profissional. A ideia básica do LINGUA é conscientizar sobre a importância das competências linguísticas através da produção de novos materiais de ensino de línguas e networks, e, diferentemente dos dois primeiros, o LINGUA promove também o intercâmbio dentro do âmbito das escolas, e não somente em nível superior (FIELD, 1998).

**Tempus:** Por fim, tem-se o *Trans-European Mobility Scheme for University Studies*, o TEMPUS, que foi estabelecido em 1990, através de decisão do Conselho das Comunidades Europeias de 7 de maio, para possibilitar o campo de capacitação e aumenta a mobilidade de estudantes e professores não somente entre universidades, mas também entre universidade e pequenas, médias e grandes empresas ou indústrias. Trata-se de um programa para integração econômica e social de países da Europa Central e Oriental, inicialmente Polônia e Hungria. Atualmente, abarca países de toda União Europeia.

Esses programas abriram espaço para a criação de diversos consórcios de universidades que promoviam a cooperação multilateral e foram responsáveis pelo deslocamento de milhares de estudantes por ano, os quais realizavam períodos de estudos reconhecidos no Exterior. (STALLIVIERI, 2004)

A grande mobilidade entre universidade proporcionada por esses programas demandou a criação do *European Community Course Credit Transfer System* (ECTS) – criado inicialmente através dos fundos disponibilizados pelo ERASMUS (FIELD, 1998) –, um sistema de transferência de créditos comum a todas as universidades da Europa, que facilita a conversão de notas obtidas pelos estudantes pelas universidades (STALLIVIERI, 2004). Essa foi uma medida definida através do Processo de Bolonha, e que permitiu uma maior facilidade de aproveitamento de estudos entre as universidades europeias e um maior conforto aos alunos em intercâmbio. A grande crítica a esse sistema é a possível mecanização e limitação da liberdade de cada universidade, como instituição, de desenvolver seus próprios parâmetros de avaliação.

## **7. A GERAÇÃO DE PROGRAMAS E O DEBATE NA AMÉRICA LATINA**

A história da América Latina e Europa contribui para o entendimento de algumas ações de cooperação internacional nos dias de hoje. É possível entender que a América Latina, colonizada por portugueses e espanhóis em sua essência, tenha assimilado de suas ex-metrópoles o mesmo tipo de cultura europeia de educação. Entretanto, devido ao status de países em desenvolvimento, a América Latina como um todo ainda desponta para o desenvolvimento de um processo de cooperação homogêneo como o EEES. Neves (1995) destacam em seu trabalho alguns dos principais programas de cooperação internacional que acontece em especial no Mercosul como:

**Cátedras Unesco:** O Cátedras Unesco é um dos maiores projetos de mobilidade em vigor na América Latina e envolve treinamentos e pesquisas dentro de instituições de ensino superior de países em desenvolvimento, tendo sido lançado em 1992, ao mesmo tempo do programas UNITWIN (University Twinnig). O objetivo principal do Cátedras Unesco é o de oferecer a estudantes universitários a possibilidade de intercâmbio de conhecimento através da mobilidade entre os países participantes.

**Programa Mistral:** O Programa Ibero-Americano de Mobilidade Interuniversitária em Ramos Avançados de Licenciatura é considerado o equivalente ao ERASMUS na América Latina, e é destinado a estudantes dos cursos de Direito, Comércio Exterior, Administração e Economia dos 21 países ibero-americanos.

**Programa ALFA:** O programa ALFA – América Latina: Formação Acadêmica – é uma iniciativa europeia de cooperação entre instituições de ensino superior da América Latina e Europa e é financiado pelo Instrumento Europeu de Cooperação ao Desenvolvimento (ICD), tendo sido estabelecido em 1994. O ALFA possui entre os seus objetivos, a cooperação para gestão institucional, além da cooperação para uma formação acadêmica e científica (NEVES e MOROSINI, 1995), trabalhando, dessa forma, não só com o crescimento técnico-científico, mas também o desenvolvimento de técnicas de gestão em universidades. Participam desse programa os 27 Estados membros da União Europeia, além 18 países da América Latina.

**Programa Bolivar:** Já o programa Bolivar é uma tentativa de vincular instituições de ensino superior com empresas, para o desenvolvimento de inovação tecnológica, aumento da competitividade internacional dos países participantes.

**Programa Columbus:** Assim como o ALFA, o programa Columbus tem como objetivo alicerçar a cooperação internacional entre países da América Latina e Europa, através do desenvolvimento dos processos e das estruturas de gestão das instituições participantes. Criado em 1983, o programa abarca instituições dos países da Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, México, Peru, Portugal, Suécia, Suíça, Uruguai e Venezuela.

Apesar da existência desses programas, os países da América Latina ainda não possuem uma conexão forte entre os seus sistemas e os intercâmbios são pouco sistemáticos (BRUNNER, 1997 *apud* SOUZA, 2010). Dessa forma, a América Latina ainda não possui um sistema de reconhecimento de títulos, o que dificulta ainda mais o processo de mobilidade de alunos e professores. Para Souza (2010), o processo de mobilidade acadêmica na América Latina é restringido, uma vez que não é feito em

larga escala, pelo fato de ainda ser dado tão pouca importância a mecanismos como os acordos de cooperação acadêmica. Contudo, é possível ver que no Brasil, essa realidade começa a mudar.

## **8. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

O período que se sucedeu à II Guerra Mundial ficou marcado pela hegemonia dos Estados Unidos e o seu despontamento como potência mundial. Por esse motivo, e especialmente no que se refere à educação, ciência e tecnologia, os Estados Unidos tiveram quase que total responsabilidade em dispender auxílio para a criação de programas de integração dos países periféricos com os moldes políticos, econômicos, científicos e culturais dispostos por eles (BLACK, 1977 apud SOUZA, 1992). Nesse momento, o Brasil, como um dos países seguidores do eixo vencedor, precisava definir suas políticas de desenvolvimento social e econômico para o futuro, além de incentivar a ciência. Laus (2012) esclarece isso, dizendo:

Um país caracterizado por uma economia agrária exportadora até meados do século XX, ao deparar-se com as mudanças no cenário internacional do pós-guerra e com todas as transformações por ele impostas, teve, no quadro internacional que se configurava e na posição que estava inserido naquele momento histórico, que fazer sua opção pelo modelo de desenvolvimento que o integraria às mudanças em curso.

Dessa forma, seguindo padrões que já existiam em outros países, em 1948, um grupo de cientistas brasileiros decidiu fundar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SPBC. A primeira organização responsável em se ocupar com o desenvolvimento científico e tecnológico do país (SBPC, 2004). A criação da SBPC reforçou a necessidade e importância do desenvolvimento da ciência no país. Em janeiro de 1951, foi sancionada a Lei nº 1.310 que criava o CNPq e atribuía ao conselho, em seu Art 1º a finalidade de “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” e em seu Art 3º, a competência de “promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior”. Desde o seu início o CNPq estava envolvido com a ideia de desenvolvimento científico. Um dos grandes nomes envolvidos na sua criação, que ficou marcado na história da ciência, é o do físico brasileiro César Lattes, que pode ser considerado um dos primeiros brasileiros a sair do país para se dedicar à pesquisa (BORGES, 2013). Descobridor do *méson pi*, uma grande conquista na área da física, Lattes integrou um grupo de pesquisa



na Inglaterra, um ambiente que potencializou o máximo da investigação científica e, ao retornar ao país, se dedicou à colaboração com outros colegas pesquisadores e à criação de um núcleo onde realmente se pudesse fazer realmente a física (BORGES,2013). Como membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Lattes esteve intimamente ligado com a criação do CNPq. Foi dessa forma que o CNPq nasceu com um cunho extremamente tecnológico, estimulado, especialmente pela II Guerra, a bomba atômica e pesquisas na área da física nuclear.

O CNPq hoje é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e tem como missão “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” (CNPq).

Já a CAPES – diferentemente do CNPq, que tem uma base essencialmente tecnológica – foi criada para atender necessidade de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos no Brasil. Instituída pelo Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951, a CAPES tem como um de seus objetivos “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país”. Esse decreto também obriga a CAPES a promover o aproveitamento de oportunidades de aperfeiçoamento que, por ventura, possam ser oferecidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), que sejam resultado de acordos bilaterais promovidos pelo governo brasileiro.

Faz-se importante salientar que todas essas instituições foram criadas entre o período de governo Gaspar Dutra e o segundo governo Vargas, um momento em que um projeto de nação era finalmente desenvolvido. Além da educação, outros setores receberam um investimento pesado como o da indústria, o que demandava especialistas qualificados. As décadas que se sucederam a II Guerra até os anos 70 ficaram marcadas não só pela criação de instituições preocupadas com o desenvolvimento da ciência, mas também pela forte atuação de agências internacionais bilaterais como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, o DAAD, da Alemanha; a Comissão Fulbright, dos Estados Unidos, o British Council, ou Conselho Britânico, do Reino Unido; as Alianças Francesas, no país desde 1885; e em especial a Agência para Desenvolvimento Internacional (do inglês Agency for International Development – AID), no Brasil, conhecida como USAID, que esteve envolvida com programas relacionados à educação

que marcaram o sistema educacional do país com a formação de profissionais e reestruturação do modelo de universidade (SOUZA, 1992).

Atualmente no Brasil, uma das políticas mais famosas de mobilidade acadêmica internacional organizada – configurada como a que acontece dentro de um programa de intercâmbio, ou de acordos internacionais bilaterais entre instituições (ENDRIZI, 2010) – é o programa Ciência Sem Fronteiras (CSF), criado pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e gerido pelo CNPq e CAPES.

**Ciência Sem Fronteiras:** A ideia do programa é que até 2015, 101.000 bolsas possam ser disponibilizadas para estudantes de graduação e pós-graduação para que façam todo (modalidade plena) ou parte (modalidade sanduíche) dos seus estudos no exterior. Além disso, um dos objetivos do CSF é trazer pesquisadores internacionais para o país a fim de estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros. O eixo da área do programa foca cursos das áreas de tecnologia e ciências para a promoção do desenvolvimento tecnológico do Brasil.

De acordo com dados estatísticos disponibilizados no site do CSF, até outubro de 2013, o programa foi responsável em implementar 31.202 bolsas para graduação sanduíche. Dessas, 8.662 bolsas foram implementadas em São Paulo, sendo este o maior estado emissor de estudantes. Logo depois aparece Minas Gerais com 6.874 bolsas e Rio Grande do Sul com 3.534. A Bahia aparece em 10º lugar com 1.337. A maior parte dos estudantes estão alocados nos Estados Unidos, seguido por França, Canadá e Reino Unido, mostrando que os Estados Unidos ainda são um grande pólo de conhecimento, destino de diversos estudantes, mesmo depois de mais de 60 anos do fim da II Guerra Mundial.

Numa retrospectiva histórica, constatamos que até a metade da década de 1970, a cooperação internacional desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação brasileiros, tanto na formação dos Recursos Humanos como no intercâmbio de conhecimentos e informações técnicas entre pesquisadores individuais e grupos de pesquisa. Já a partir dos anos 1980, a própria evolução que vinha se dando em parte das Instituições de Ensino Superior criou as condições para que aquelas atividades deixassem de ser desenvolvidas sob uma perspectiva mais receptora e passiva, evoluindo até um novo modelo baseado em uma experiência mais igualitária desenvolvida por grupos interinstitucionais. (LAUS, 2010)

Laus (2010) afirma que só começou-se a discutir um real processo de internacionalização da educação superior no Brasil no fim dos anos 90, quando a Capes anuncia a necessidade de se estabelecer “padrões internacionais” para a avaliação de pesquisa em instituições públicas. Nesse momento as instituições de ensino superior públicas do país começam a buscar uma estruturação interna, gerando mudanças em sua gestão, que desse suporte ao processo de internacionalização. Sobre isso, a mesma autora ainda adiciona que É dessa época a ideia de se criar estruturas para a gestão da cooperação internacional para trabalhar com agências de fomento e que, apesar disso, as IES ainda estão longe de terem elementos relevantes para a sua internacionalização.

## 9. CONCLUSÕES

Através desse estudo foi possível realizar um paralelo direto entre a introdução de uma disciplina de estudos de Relações Internacionais com a internacionalização de instituições de ensino superior. Apesar de suas origens em guerras, a estruturação do estudo das RI promoveu a possibilidade das relações de cooperação entre os Estados. O liberalismo aparece dentro das RI para a sua fundamentação com base no eixo da cooperação, assumindo a ideia de que os homens são bons e pacíficos por natureza, e, em um Estado controlado por leis através de OIGs, pode-se criar um tipo de sociedade global.

Com esse ideal em mente, instituições como a Liga das Nações e a ONU foram criadas e recebem grande destaque no processo de diálogo entre nações na busca de promoção da paz. A ideia do funcionalismo faz entender a busca dessa paz através de pequenas partes e como o intercâmbio de pessoas entre universidades de diferentes países pode ser relacionado com as RI e a divulgação da paz. O trânsito de pessoas pode contribuir para estreitar laços através da divulgação da cultura, pesquisa conjunta e desenvolvimento institucional. Dessa forma, foi possível conceituar e contextualizar a cooperação internacional e mobilidade acadêmica dentro do âmbito das Relações Internacionais.

Esse paralelo é importante de ser feito, uma vez que a existência de políticas para desenvolvimento tecnológico, acadêmico e de pesquisa, bem como instituições para geri-las, através da história, pode ser explicada e divulgada para o grande público. As instituições de ensino superior possuem um papel, não só de criadora de conhecimento, mas também de formação de profissionais por todo o mundo. A ideia da

cooperação internacional dentro dessas instituições não promove somente o desenvolvimento da própria Universidade, mas também a do mercado de trabalho de um país. Através de programas de intercâmbio como o LÍNGUA, a União Europeia reforçou ideias como a de que o multilinguismo contribui para o desenvolvimento pessoal, reforçando a coesão social, promovendo o diálogo intercultural e criando oportunidades para descobrir outros valores. Esses programas funcionam entendendo que a linguagem prática e competências interculturais são fundamentais para o desenvolvimento pessoal dos participantes, gerando um crescimento econômico, permitindo que as empresas europeias possam também competir no mercado global.

Foi possível perceber que, ainda que considerada uma prioridade nos objetivos de diferentes países, a internacionalização do ensino superior ainda é um grande desafio em termos culturais e administrativos. A América Latina ainda não possui um planejamento em educação bem desenvolvido para as relações exteriores, entretanto, a experiência da Europa com o Espaço Europeu de Ensino Superior se mostra como um bom exemplo para um possível espaço internacional de educação na América Latina. O Brasil já se mostra bem estruturado para o desenvolvimento internacional das IES, porém, de acordo com os estudos, faltava a Educação Superior ser foco em alguma estratégia internacional. Com o Ciência Sem Fronteiras, talvez esse quadro possa ser mudado nos próximos anos.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende servir de base teórica para novas pesquisas, bem como estimular novos questionamentos na área e inspirar esses novos estudos. Espera-se que esse trabalho fomente discussões para novas ações dentro de instituições de ensino superior, como, por exemplo, a urgência para internacionalização das mesmas, promoção do ensino superior brasileiro em ambiente internacional e acompanhamento das atividades de intercambistas antes, durante e depois da viagem.

## **10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é Plano: Uma Breve História do Século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões**. 9<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das Universidades Brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2004.

ABC/MRE. Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br>> Acessado em: 22 de novembro de 2013.

BOLOGNA PROCESS. Site oficial. Disponível em: <<http://www.ehea.info>> Acesso em: 22 de novembro de 2013.

BORGES, Helena. **Prontos para conquistar o mundo**. Revista Veja. Editora Abril. Ed 2349. Ano 46. Nº 48. pp. 131-136. 2013

BRASIL. **Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951** . Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013

BRASIL. **Lei Nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951**. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outra providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L1310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1310.htm)>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013

BRASIL. Painel de Controle do Programa Ciência Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso: 09 de dezembro de 2013

BRITISH COUNCIL. **About Erasmus**. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/erasmus-about-erasmus.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2013.

CAPES. **História e Missão**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013

BRASIL. **Ciência Sem Fronteiras**. Site Oficial Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013

CNPQ. **A Criação**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

DOYLE, Henry Grattan. **International Institute of Intellectual Cooperation. Bulletin of the American Association of University Professors (1915-1955)**. Vol. 15, No. 4. Abril. 1929, pp. 281-283. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40218121>>. Acessado em 12 de outubro de 2013.

ENDRIZZI, Laure. **La mobilité étudiante, entre mythe et réalité. Dossier d'actualité Veille et Analyses**. nº 51. Fevereiro. 2010. Disponível em: <<http://ife.ens>

lyon.fr/vst/DA-Veille/51-fevrier-2010-integrale.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2013.

**EUR-LEX. DECISAO DO CONSELHO de 7 de Maio de 1990 que institui um Sistema de Mobilidade Transeuropeia para Estudos Universitarios (TEMPUS).** Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31990D0233:PT:HTML>> Acessado em 04 de dezembro de 2013

FIELD, John. **European Dimensions: Education, Training, and the European Union.** Jessica Kingsley Publishers Ltd. Londres. 1998. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=5oI3xwdZpDoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 04 de dezembro de 2013

ISA. History. Disponível em <<http://www.isanet.org/ISA/AboutISA/History.aspx>> Acesso em 25 de outubro de 2013.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina.** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/internacionalizacao-educacao-superior-estudo-caso-universidade-federal-santa-catarina>> Acesso: 25 de outubro de 2013

MOROSINI, Marília Costa. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas.** Educar em Revista. Nº 28. Curitiba. Julho-Dezembro. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso: 20 de outubro de 2013

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MOROSINI, Marília Costa. **Cooperação Universitária no Mercosul.** Em Aberto, ano 15, n.68, outdez. Brasília, 1995. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1029/931> >

RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo.** Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14343>> Acesso em 25 de outubro de 2013.

SBPC. **Fundação e Primeiros Movimentos 1948-1958.** CADERNO SBPC 7. Seleção de documentos do Arquivo Histórico da SBPC. 2004. Disponível em: <[http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/caderno\\_digital/caderno\\_7.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/caderno_digital/caderno_7.pdf)>. Acesso: 09 de dezembro de 2013

SBPC. **Histórico.** Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/a-sbpc/historico/index.php>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2013

SCHULZ, Gerson Nei Lemos. **A Filosofia precede a educação?** Revista Filosofia. Nº 29, p. 66. 2011.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. **POLITICA EDUCACIONAL E AJUDA EXTERNA.** 1992. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/768/689>>. Acessado em 25 de novembro de 2013

SOUZA Jr., José Maria de; **A Internacionalização e a Mobilidade na Educação Superior: O Debate na América Latina**. Unesp, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/345/376> >

UNESCO. **Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. Disponível em: <[http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/1297\\_68porb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/1297_68porb.pdf) >. Acessado em 03 de dezembro de 2013.

UNESCO. **Recommendation concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms**. 1974. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114040e.pdf#page=144> > Acessado em 05 de dezembro de 2013.

UNIÃO EUROPÉIA. **Decision No 253/2000/EC of 24 January 2000 of the European Parliament and of the Council establishing the second phase of the Community programme in the field of education "SOCRATES"** [Official Journal L 28 of 03.02.2000]. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/education\\_training\\_youth/general\\_framework/c11043\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11043_en.htm)> Acessado em 04 de dezembro de 2013

UNIVERSITÀ DI BOLOGNA. **L'Università dal XII al XVIII secolo**. Site oficial. Disponível em: <<http://www.unibo.it/it/ateneo/chi-siamo/la-nostri-storia/luniversita-dal-xii-al-xviii-secolo>>. Acessado em 06 de outubro de 2013.

UNOG. **Intellectual Cooperation and International Bureaux Section, 1919-1946**. Disponível em <<http://biblio-archive.unog.ch/Detail.aspx?ID=408>>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marilize Rubin. **Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Vol.18. Nº 67, pp. 215-234. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a03v1867.pdf> >. Acesso em 20 de outubro de 2013.